



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **PARECER EM 2º TURNO SOBRE O SUBSTITUTIVO- EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI 715/2019 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

#### **VOTO DO RELATOR RELATÓRIO**

De autoria do Vereador Henrique Braga, o Projeto de Lei nº 715/2019, que "Institui no Município de Belo Horizonte, o Dia Municipal da Fibromialgia, filas preferenciais e vagas de estacionamento".

Incumbe a esta Comissão de Legislação e Justiça a análise preliminar do Substitutivo-Emenda nº 01, apresentado, no que concerne a constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Tendo sido aprovado em primeiro turno de votação, volta o indigitado Projeto a esta Comissão de Legislação e Justiça para análise do Substitutivo-Emenda nº 01.

Designado Relator, nos termos do previsto pelo RI, é nesta condição que passo a emitir o parecer e voto.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Substitutivo-Emenda nº 01, de autoria do Vereador Henrique Braga, tem o condão de aprimorar o PL original. Foram feitas alterações pontuais que alteram a essência do PL, fazendo-se mister portanto, analisarmos seus aspectos constitucionais, legais e regimentais.

Tudo visto e examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

#### **I. Da constitucionalidade**

Do ponto de vista constitucional, devemos observar se a proposição em tela afronta ou não dispositivos da Constituição Federal e/ou Constituição Estadual. Cumpre analisar, o art. 23 que aponta a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o art. 24 aponta a competência concorrente da União com os Estados e com o Distrito Federal.

Nesta toada, as prerrogativas e os limites de legislar, deve o legislador municipal observar os princípios constitucionais, federais e estaduais, podendo, em determinados casos, desdobrá-los e complementá-los, com a reserva constitucional compatível.

Insta balizar neste peremptório entendimento, o que aduz o art. 30 da Constituição Federal, como passo a expor:

*Art. 30 – Compete aos Municípios:*

*I- Legislar sobre assunto de interesse local;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*II- Suplementar às legislações federal e estadual, no que couber.*

O que nos conduz ao entendimento de que o Substitutivo-Emenda nº 01, apresentado, de caráter substitutivo, está em total conformidade com o condomínio legal estabelecido pela Magna Carta do Brasil.

### **II. Da legalidade**

Feita a análise sob a égide do Diploma Constitucional Brasileiro, passo a analisar o Projeto de Lei em comento, sob a ótica do Substitutivo-Emenda nº 01, substitutivo, do ponto de vista do aspecto legal.

O Substitutivo-Emenda nº 01 apresentado ao Projeto de Lei nº 715/19, ora em tela, visa readequar o Projeto, ao colocá-lo apenas com a instituição de data comemorativa. Explico, se antes propunha reservas de preferências aos portadores da fibromialgia, agora, o Projeto, em vista da Emenda apresentada, passa a estabelecer somente a data comemorativa a ser comemorada no dia 12 de maio, anualmente. Assim, percebe-se que a Emenda apreciada, sob o ponto de vista legal, é compatível com o ordenamento jurídico e não contraria qualquer legislação correlata. Assim, não há que se falar em ilegalidade na Emenda de nº 1, ao Projeto de Lei nº 715/2019.

Com vistas a balizar este entendimento, colaciono a baila deste Parecer, o que determina a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, como passo a expor:

*Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente ao:*

*(...);*

*Legislar sobre assunto de interesse local e suplementar às legislações federal e estadual, no que couber;”.*

Transposto este entendimento, o Substitutivo-Emenda nº 01 ao PL 715/2019 é de interesse do Município de Belo Horizonte bem como, é de competência e iniciativa do Vereador proponente. Ademais disso, está em estrita conformidade com os artigos 87 e 88 da Lei Orgânica do Município que por sua vez, definem o cabedal de competência para a confecção de Leis Municipais sobre assuntos de interesse local.

Isto posto, faz-se imperioso invocar a Lei Municipal 12.345 do ano de 2010, que fixa os critérios para instituição de datas comemorativas pois, esta nos informa que:

*Art. 1º A instituição de datas comemorativas que vigorem no território nacional obedecerá ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. E ainda, a Lei Municipal 8.762/04 define sobre a possibilidade do Executivo, através de indicação do Poder Legislativo Municipal, e outros, promover a inclusão de festas ou eventos no Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Belo Horizonte.*

Desta feita, diante do exposto elucidado acima, concluo que a Emenda em análise, sob a ótica do aspecto legal, se traduz como adequada e pertinente ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ordenamento jurídico brasileiro, bem como, está na esteira para o alcance dos objetivos que visam o legislador desta Casa Parlamentar.

Assim, não há que se falar sobre ilegalidade ou óbices à legalidade da proposição.

### III. Da regimentalidade

Cumprе destacar que de forma holística o Regimento Interno traduz em demasia o comando existente na Lei Complementar 95, do ano de 1998 que determina a imperatividade das disposições normativas serem redigidas com clareza, precisão e ordem lógica. O que me leva a inferir que a Emenda em estudo apresenta estrita correlação com esse disposto bem como, com o que determina o Regimento desta Casa, não o afrontando.

Desta feita, em minha minuciosa análise, atenta ao disposto no art. 52, I, "b" que me é de tarefa, constato que não há, em caráter impugnativo, nenhum vício regimental que possa impedir o andamento da apresentação da Emenda substitutiva para as demais comissões. Reiterando que, além na norma regimental supramencionada, a Emenda em tela está em total atenção ao que termina o art. 48, I c/c art.98 e 99, do Regimento Interno desta Casa.

### IV. Da técnica legislativa

Faz-se mister ante a proferir a conclusão da análise do Substitutivo-Emenda nº 01 ao Projeto em comento, tecer consideração a despeito da Técnica legislativa. No que tange a proposição em tela, minha análise conclui que não há, em caráter geral, nenhum ajuste necessário. Por isso, não há o que se obstar o andamento ou a aprovação da Proposição em destaque.

Insta reiterar que, em caráter de cautela a boa técnica legislativa, em face ao que determina o Regimento Interno da CMBH, deixo orientação de que em possíveis casos de reparos ou novos arranjos, que se traduzam necessários e salutareos, devem ser recepcionados quando do momento da Redação Final da *lege*.

Concluída a premissa de análise sob o prisma do mérito, se figura a Emenda substitutiva ao Projeto de Lei em análise.

Mediante ao exposto, concluo que não há óbice a regular a tramitação da Emenda e do Projeto.

Isto posto e recorrido, podemos concluir.



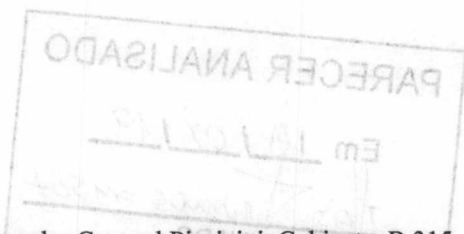
## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### CONCLUSÃO

Pelas razões retroaduzidas voto pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo-Emenda nº 01, ao Projeto de Lei 715/2019.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2019.

  
**VEREADOR CORONEL PICCININI**  
**RELATOR**







# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 753/2019

<b>Erro material. Leia-se:</b> "PARECER EM <u>SEGUNDO TURNO</u> AO PROJETO DE LEI 753/19"  ACERT - CM 363
---

### VOTO DO RELATOR

#### 1. RELATÓRIO

De autoria do Executivo, o Projeto de Lei nº 753/2019, que "Institui o Programa Família Guardiã", encaminhado por meio da Mensagem nº 10, de 29/04/2019.

O Projeto foi aprovado em 1º turno no dia 08/08/2019.

Tendo recebido emendas, retorna a esta Comissão, para análise e parecer em 2º turno, observado o disposto no art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

As emendas apresentadas ao projeto de lei estão em consonância com o art. 30, incisos I e II, da Constituição da República de 1988, que reserva ao Município a competência para "legislar sobre assuntos de interesse local", bem como "suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber".

No mesmo sentido a Constituição Estadual de 1989, assegura em seu art. 171, inciso I, a competência do Município de legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, as emendas atendem os requisitos elencados pela Constituição da República e a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A legalidade presume a ideia de submissão ao poder de comando e obediência à lei, tomando objetivas as práticas dos administradores, de acordo com preceitos e princípios constitucionalmente estabelecidos e os deveres a serem impostos aos cidadãos, respeitado o princípio da isonomia.

A **emenda substitutiva n.º 1** dá a seguinte redação ao art. 2º do Projeto:

"Art. 2º - A família extensa ou ampliada, inserida no Profeg, receberá subsídio financeiro mensal de um salário-mínimo para cada criança ou adolescente integrado e será acompanhada pelos serviços socioassistenciais que integram o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte — Suas-BH.”.

A **emenda aditiva nº 2** pretende acrescentar o seguinte parágrafo ao art. 2º :

“A família extensa ou ampliada inserida nesse programa receberá subsídio financeiro mensal de do salário mínimo para cada criança ou adolescente integrada em casos de dois ou mais membros, sem prejuízo da remuneração de um salário mínimo sobre a primeira criança.”

Neste ponto, cabe ressaltar que as alterações propostas possuem cunho orçamentário e financeiro, vez que modificam os valores inicialmente garantidos pelo Poder Executivo, conforme dotação orçamentária constante do Quadro de Detalhamento de Despesa nas Ações Estratégicas de Proteção Social Especial sob o código 1011.1100.08.244.020.2.409.0004 3.3.90.48-01 03.00.1.00. Portanto, caberá à Comissão de Orçamento e Finanças manifestar-se quanto ao mérito da questão.

Outrossim, conforme análise das emendas verifica-se que as mesmas estão revestidas de legalidade. Não violam o princípio da separação e harmonia entre os poderes, não afrontam a Constituição da República, a Constituição Estadual, ou mesmo se contrapõe a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, tão pouco os dispositivos de ordem infraconstitucional.

## 1.2 DA REGIMENTALIDADE DA EMENDA



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conforme art. 128 do Regimento Interno desta Casa a emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

Ainda quanto à apresentação de emenda deverão ser observadas as seguintes regras, conforme o § 1º do artigo supra, além das contidas no art. 99 do mesmo diploma normativo.

## **2.2.1 Da iniciativa**

Quando da proposição da emenda esta pode ser apresentada por vereador, conforme alínea "a" do inciso I, §1º do artigo 128 do R.I.

Sendo assim, verifica-se que as emendas apresentadas atenderam à iniciativa.

## **2.2.2 Da admissibilidade**

Para ser admitida regimentalmente a emenda deve ser pertinente ao assunto contido na proposição principal, ainda deve incidir sobre um só dispositivo, a não ser que se trate de dispositivos correlatos, de maneira que a modificação de um envolva a necessidade de se alterar os outros.

Logo, as emendas apresentadas incidiram sobre um só dispositivo, de forma adequada aos ditames do R.I, atendendo aos requisitos de admissibilidade exigidos.

E por fim, cabe a análise da tempestividade.

## **1.2.3 Da Tempestividade**

Em análise, verifica-se que as emendas em questão estão em conformidade com o inciso III do § 1º do artigo 128 R.I, uma vez que foram propostas em primeiro turno, até o final da discussão da proposição principal. Portanto, adequadas estão as referidas emendas à tempestividade exigida regimentalmente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

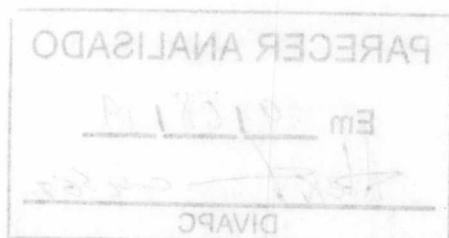
Por fim, no tocante a regimentalidade, as emendas cumprem os requisitos contidos no art. 99 do Regimento Interno desta Casa.

### 2. CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 753/2019.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2019.

  
Vereador Autair Gomes  
Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO DO PROJETO DE LEI 799/2019

#### VOTO DO RELATOR

#### 1. RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 799/2019 de autoria do Vereador Ver. Pedro Patrus que "Altera as leis 9.816/10, 10.252/11, 11.134/18 e 11.155/2019 e dá outras providências".

Tendo sido devidamente instruído e recebido pela Presidente, conforme determinação do art. 52, I, "a" do Regimento Interno, uma vez designado como relator, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental do referido projeto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise tem como ideia central a reestruturação das carreiras que especifica, tanto em relação à carga horária quanto à remuneração percebida pelos servidores.

Após breve explanação do mérito, passo a análise afeta a esta Comissão permanente.

##### 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE

Passando à análise acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei 199/2019, verifico que o disposto na proposição está em conformidade com o que determina a Carta Constitucional de 1988, pelas razões que passo a demonstrar.

Estabelece a Constituição, em seu art. 37 que:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual,*





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*sempre na mesma data e sem distinção de índices."*

Nesse sentido, a Lei Orgânica dispõe que:

Art. 83 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida para o estabelecido no art. 84, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especificamente:

(...)

VIII - criação, transformação e extinção de cargo, emprego e função públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ante o exposto, resta clara a competência municipal para legislar sobre o tema proposto. O projeto de Lei está de acordo com os ditames constitucionais, de maneira que me posiciono pela **constitucionalidade** do PL 799/2019.

### 2.2 DA LEGALIDADE E JURIDICIDADE

O presente projeto visa, como disposto anteriormente, a reestruturação das carreiras que especifica, tanto em relação à carga horária quanto à remuneração percebida pelos servidores. Entretanto, apesar da boa intenção do legislador, não há como manifestar pela juridicidade da proposição, tendo em vista sua incompatibilidade da mesma com o ordenamento jurídico vigente.

A Lei Complementar 101/00, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, veda em seu artigo 16, que dispõe:

**"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;**

**II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A proposição em análise não traz qual a fonte de receita para custear a reestruturação proposta. A alteração nos termos propostos aumentaria inegavelmente, os gastos do Poder Público Municipal, e ao aumentar a despesa sem apontar a origem do recurso para tal, afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Posto isso, considerando o exposto, restando claro a afronta ao ordenamento jurídico vigente, manifesto pela **antijuridicidade** do Projeto de Lei em questão.

### 2.3 DA REGIMENTALIDADE

No que tange à regimentalidade do projeto, verifico a correta instrução e respeito às normas dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal. Após o protocolo o projeto foi recebido e devidamente instruído. Em análise ao texto verifica-se o respeito às normas internas e à técnica legislativa. Não havendo constatado qualquer irregularidade, manifesto pela **Regimentalidade** do projeto.

### 3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade**, **antijuridicidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei 799/2019.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019



Vereador Gabriel.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO DO PROJETO DE LEI 800/2019

#### VOTO DO RELATOR

#### 1. RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 800/2019 de autoria do Vereador Ver.(a) Pedro Bueno que "Concede isenção na tarifa do transporte coletivo Municipal nos dias em que ocorrer eleições Municipais e Gerais e dá outras providências."

Tendo sido devidamente instruído e recebido pelo Presidente, conforme determinação do art. 52, I, "a" do Regimento Interno, uma vez designado como relator, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental do referido projeto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise tem como ideia central determinar que o Poder Executivo Municipal, nos dias em que se realizarem eleições gerais para cargos municipais, estaduais ou federais, assim como plebiscitos ou referendos, concederá isenção de tarifa no transporte coletivo Municipal entre as 06 (seis) horas e às 22 horas.

Após breve explanação do mérito, passo a análise afeta a esta Comissão permanente.

##### 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE

Passando à análise acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei 800/2018, verifico que o disposto na proposição está em conformidade com o que determina a Carta Constitucional de 1988, pelas razões que passo a demonstrar.

Estabelece em seu art. 30 que:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local"*

Ante o exposto, resta clara a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, o Projeto de Lei está de acordo com os ditames constitucionais, de maneira que me posiciono pela **constitucionalidade** do PL 800/2019.

##### 2.2 DA LEGALIDADE E JURIDICIDADE

O presente projeto visa, como disposto anteriormente, obriga o Executivo a custear todas as passagens de transporte público coletivo de passageiro utilizadas nos dias das eleições, entretanto, apesar da boa intenção do legislador, não há como manifestar pela juridicidade da proposição, tendo em vista sua incompatibilidade da



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mesma com o ordenamento jurídico vigente.

A Lei Complementar 101/00, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, veda em seu artigo 16, que dispõe:

*"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."*

A proposição em análise, sequer menciona a forma de compensação de receita, medida necessária uma vez que se trata de subsídio do custo da passagem do transporte, que não está previsto no contrato com os consórcios que operam o transporte por ônibus. A concessão obrigaria o custeio do transporte pela Prefeitura, e o projeto não aponta a fonte dos recursos, em afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Posto isso, considerando o exposto, restando claro a afronta ao ordenamento jurídico vigente, manifesto pela **antijuridicidade** do Projeto de Lei em questão.

### 2.3 DA REGIMENTALIDADE

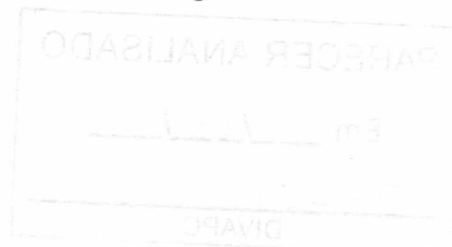
No que tange à regimentalidade do projeto, verifico a correta instrução e respeito às normas dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal. Após o protocolo o projeto foi recebido e devidamente instruído. Em análise ao texto verifica-se o respeito às normas internas e à técnica legislativa. Não havendo constatado qualquer irregularidade, manifesto pela **Regimentalidade** do projeto.

### 3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade**, **antijuridicidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei 800/2019.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019

  
Vereador Gabriel.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 802/2019 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 802/2019 que “institui a Semana Municipal de conscientização dos benefícios da prática esportiva” vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais par receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Objetivando a produção de normas aptas a adentrar o mundo jurídico *in casu*, o presente parecer jurídico adentrará o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e das características comuns as normas jurídicas para sua validade e o seu caráter inovador no ordenamento jurídico do texto da proposição.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, vemos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, dotada de sanções e da possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Nesse sentido, o presente projeto de lei possui todas as características elencadas anteriormente, inovando no ordenamento jurídico.

O Projeto de Lei 802/2019, em que pese a nobre intenção do legislador, obriga outro poder, no caso o Poder Executivo, a instituir semana de conscientização dos benefícios da prática esportiva e autorizando e facultando ao Executivo atividades e eventos para implementar para atingir ao seu desiderato e com isso traz dispêndio de gastos públicos sem a devida previsão orçamentária.

Analisando a juridicidade da proposição sob o aspecto de sua constitucionalidade vemos que está em desconformidade com a Carta da República.

Padece de inconstitucionalidade projeto de lei autorizativo que invade competências do Executivo, como já é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. A jurisprudência é forte nesse sentido. Os legisladores pátrios elaboram iniciativas legislativas autorizativas ao Poder Executivo em matéria que já é da competência do mesmo, objetivando com isso burlar o vício de iniciativa caso a proposta da lavra do Poder Legislativo disciplinasse diretamente a matéria em questão.

Ao adentrar matérias de competência do Prefeito Municipal, caracterizando-se o vício de iniciativa, o legislador municipal incorre também em inconstitucionalidade como é o caso da afronta ao art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município, pelo princípio da simetria. Tais matérias são afeitas a organização e funcionamento dos órgãos e serviços públicos de competência do Poder Executivo. Tal expediente, além de consumir desnecessariamente recursos públicos, pois a questão poderia ser resolvida com uma indicação legislativa dirigida ao prefeito municipal, contribui para o aumento desnecessário de leis em vigor no município.

Ocorre que mesmo esse expediente não sana o vício de inconstitucionalidade no nascedouro do



projeto de lei porque conforme a jurisprudência pacífica do STF, vide a ADI 3169/SP tendo como relator Ministro Marco Aurélio e o RE: 785046 - SP relatado pelo Ministro Roberto Barroso.

Vemos também afronta ao princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º da CF/88 ao definir ações e obrigações a serem executadas pelo Poder Executivo.

No exame da juridicidade sob o aspecto da legalidade melhor sorte não assiste a iniciativa legislativa, pois como já mencionado adentra matérias de competência do Prefeito Municipal, caracterizando-se o vício de iniciativa, o legislador municipal incorre também em ilegalidade como é o caso da afronta ao art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município.

O projeto de lei, como se depreende de todos seus artigos, autoriza e faculta atividades e eventos a serem executados pela Administração Municipal para consecução de seus fins.. A Lei complementar nº 101/2000 em seu artigo 15, 16 e 17 exige dentre outras especificidades que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno na presente proposição legislativa.

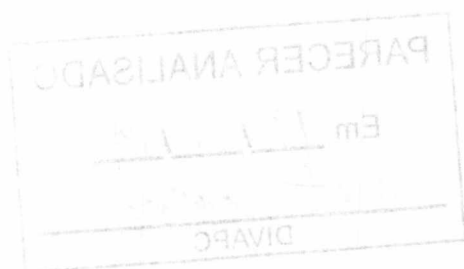
No mérito, salientando a nobre intenção do vereador, entendemos que o projeto de lei em questão deve ser rejeitado pelos vícios de constitucionalidade e legalidade apresentados.

#### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade e rejeição do Projeto de Lei nº 802/2019.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2019.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO DO PROJETO DE LEI 805/2019

#### VOTO DO RELATOR

#### 1. RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 805/2019 de autoria do Vereador Pedro Bueno que "Dispõe sobre o custeio, pelo Município, quanto à realização de casamento civil coletivo de casais declarados hipossuficientes, e dá outras providências." Tendo sido devidamente instruído e recebido pelo Presidente, conforme determinação do art. 52, I, "a" do Regimento Interno, uma vez designado como relator, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental do referido projeto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em análise tem como ideia central autorizar o Executivo a custear à realização de casamento civil coletivo de casais declarados hipossuficientes.

Após breve explanação do mérito, passo a análise afeta a esta Comissão permanente.

##### 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE

Passando à análise acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei 805/2019, verifico que o disposto na proposição está em desconformidade com o que determina a Carta Constitucional de 1988.

Isso porque a a Constituição estabelece em seu art. 226 que:

*"Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.*

*§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração."*

Tendo em vista que o projeto visa custear ato que por determinação da constituição é gratuito, fica clara a contradição da proposta com a Carta Magna.

Ante o exposto, tendo em vista que sequer há objeto possível, o analisado Projeto de Lei está em desconformidade com os ditames constitucionais, de maneira que me posiciono pela **inconstitucionalidade** da proposição.

##### 2.2 DA LEGALIDADE

O Projeto em questão não realiza inovação no ordenamento jurídico em questão, uma vez que já há o comando legal proposto pela Lei Municipal 8.777, que autoriza o Executivo Municipal a custear despesas de cartório para a realização de união oficial entre pessoas de baixa renda, como propõe o autor.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Desse modo, na análise de juridicidade da proposição, é preciso ter atenção quanto à questão da efetividade da norma, pois de nada adianta produzir uma norma jurídica sobre matéria que já está regulamentada.

Ainda, não aponta o autor a origem dos recursos, em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que por si só já tornaria o projeto ilegal.

Posto isso, encaminho pela **antijuridicidade** do projeto.

### 2.3 DA REGIMENTALIDADE

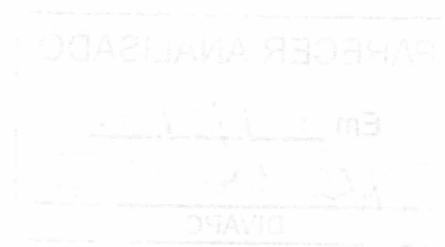
No que tange à regimentalidade do projeto, verifico a correta instrução e respeito às normas dispostas no Regimento Interno da Câmara Municipal. Após o protocolo o projeto foi recebido e devidamente instruído. Em análise ao texto verifica-se o respeito às normas internas e à técnica legislativa. Não havendo constatado qualquer irregularidade, manifesto pela **regimentalidade** do projeto.

### 3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **inconstitucionalidade**, **antijuridicidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei 805/2019.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019

  
Vereador Gabriel.



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 806/2019 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 806/2019 que “Dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo a Doação de Leite Materno 'Quem doa Leite Materno doa Vida', e dá outras providências” vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais par receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Visando a produção de normas aptas a adentrar o mundo jurídico *in casu*, o presente parecer jurídico adentrará o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e das características comuns as normas jurídicas para sua validade e o seu caráter inovador no ordenamento jurídico do texto da proposição.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, vemos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, dotada de sanções e da possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Nesse sentido, o presente projeto de lei possui todas as características elencadas anteriormente, inovando no ordenamento jurídico.

O Projeto de Lei 806/2019, em que pese a nobre intenção do legislador, obriga outro poder, no caso o Poder Executivo, a instituir programa de doação de leite materno, determina ações, atividades e com isso traz dispêndio de gastos públicos sem a devida previsão orçamentária.

Analizando a juridicidade da proposição sob o aspecto de sua constitucionalidade vemos que está em desconformidade com a Carta da República.

Ao adentrar matérias de competência do Prefeito Municipal, caracterizando-se o vício de iniciativa, o legislador municipal incorre também em inconstitucionalidade como é o caso da afronta ao art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município, pelo princípio da simetria. Tais matérias são afeitas a organização e funcionamento dos órgãos e serviços públicos de competência do Poder Executivo.

Vemos também afronta ao princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º da CF/88 ao definir ações e obrigações a serem executadas pelo Poder Executivo.

No exame da juridicidade sob o aspecto da legalidade melhor sorte não assiste a iniciativa legislativa. O projeto de lei acaba por gerar despesa como se depreende de todos seus artigos. A Lei complementar nº 101/2000 em seu artigo 15, 16 e 17 exige dentre outras especificidades que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. Observando os autos que contém o presente projeto de lei não identificamos o cumprimento dessa exigência legal.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno na presente proposição legislativa.

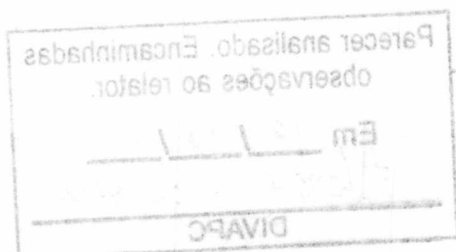
No mérito, salientando a nobre intenção do vereador, entendemos que o projeto de lei em questão deve ser rejeitado pelos vícios de constitucionalidade e legalidade apresentados.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade e rejeição do Projeto de Lei nº 806/2019.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2019.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator





COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 807/2019 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 807/2019 que “ Dá nova redação ao inciso IV do art.310 – A da Lei nº8.616/03 ” de autoria do vereador Eduardo da Ambulância, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Introdutoriamente, salientamos que a análise e consequente parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade da iniciativa legislativa posta a exame, que é a conformação do projeto de lei com as regras, princípios, jurisprudência e costumes.

Objetivando a produção de normas jurídicas válidas a adentrar o mundo jurídico *in casu*, vamos adentrar o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e das características comuns as normas jurídicas para sua validade e o caráter inovador no ordenamento jurídico do texto da proposição.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas em geral, vemos que é dotada de: generalidade, ou seja, vale para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, devendo ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, dotada de sanções e da possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o seu cumprimento.

Nesse sentido a presente norma possui todas as características acima listadas, não havendo nenhum senão a macular sua generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade.

Sob o aspecto da juridicidade da proposição no que concerne a sua constitucionalidade vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República. Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;  
(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento pelo legislador municipal dos assuntos e interesses superiores da coletividade municipal localmente.

Assim, quando o legislador propõe diminuir, no Código de Posturas em seu artigo 310-A, IV, de 24 (vinte e quatro) para 12 (doze) meses o período durante o qual o infrator não deverá ser atuado pela mesma penalidade, para se verificar a dispensa ou não da notificação para sanar irregularidade antes da aplicação de multa, estamos diante de matéria de interesse local, mais especificamente de

CMH\_DIREG-14/ago/19-16:27:39-006608-1

posturas municipais e que influencia na vida de seus munícipes.

A presente proposição legislativa, sob o aspecto da sua legalidade, está em conformidade com o art. 7º, II da Lei Orgânica do Município que também estabelece a autonomia legislativa sobre assuntos de interesse local e ao suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

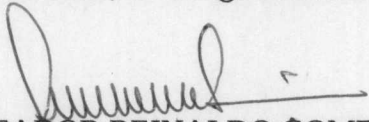
Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade, prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa.

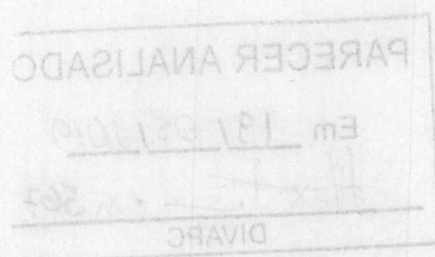
Assim, não vemos óbice ao presente projeto de lei no que diz respeito ao disposto no art.52, I, "a" do Regimento Interno.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 807/2019.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2019.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator





**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 342/17**

## **Relatório**

O Projeto de Lei nº 342/17, que “Cria o Programa Horta do Bem - SAÚDE que disciplina a criação, exploração e manutenção do cultivo de hortaliças e legumes em hortas do Município de Belo Horizonte nos casos em que especifica e dá outras providências”, de autoria do vereador Catatau do Povo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

## **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

## **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 342/17.

CMBH\_DIRLEG-13/ago/19-16:07:07-006592-1



**PROJETO DE LEI Nº 342/17**

Cria o Programa Horta do Bem - Saúde, que disciplina a criação, exploração e manutenção do cultivo de hortaliças e legumes em hortas do Município nos casos que especifica.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Horta do Bem - Saúde, que incentiva a criação e a manutenção das ora criadas Hortas do Bem - Saúde, sem fins lucrativos, no Município.

Parágrafo único - Esta lei possui, no âmbito dos programas de ação social da Prefeitura de Belo Horizonte, o condão de proporcionar, por meio de ações institucionais do poder público e espontâneas de interessados, a produção de verduras para consumo próprio de funcionários, usuários e demais pessoas vinculadas ao órgão e/ou empresa, em suas dependências.

Art. 2º - Sem prejuízo das atividades para as quais foram criadas, as instituições, órgãos e empresas municipais mencionados nesta lei deverão participar do Programa Horta do Bem - Saúde, desde que possuam espaço físico para criar e fazer funcionar adequadamente uma horta.

§ 1º - Por espaço físico, entende-se tão somente a porção de terreno existente no chão onde se instale a horta.

§ 2º - Todos os equipamentos e insumos necessários para a inauguração do Programa Horta do Bem - Saúde serão fornecidos pela instituição que o promova, contando-se ainda com doações efetuadas por pessoas interessadas.

Art. 3º - Sem prejuízo de outras medidas enriquecedoras do Programa Horta do Bem - Saúde, cada estabelecimento que tenha o programa implantado poderá aperfeiçoar o seu funcionamento às suas expensas, desde que se obedeça às seguintes condições:

I - manter o caráter não remuneratório, afastando qualquer intuito de lucro com a produção conseguida;

II - executar todas as ações do programa por meio das dotações já existentes ou ainda contar com doações de qualquer natureza da sociedade civil;

III - abster-se de qualquer prática nociva à produção, como o uso de agrotóxicos proibidos, tais como Tricolfon, Cihexatina, Abamectina, Acefato, Carbofuran, Forato, Fosmete, Lactofen, Parationa Metilica e Thiram;

IV - utilizar, sem exceção, os procedimentos de adubação do solo por meio de esterco e/ou adubos naturais e orgânicos;





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

V - organizar a doação da produção excedente para instituições beneficentes, conforme cadastro municipal em vigor.

Art. 4º - Deverão imediatamente aderir ao Programa Horta do Bem - Saúde e desenvolvê-lo todas as escolas, asilos, abrigos, creches, Emeis e centros de saúde municipais que possuam espaço físico para a perfeita execução desse programa.

Parágrafo único - Todas as instituições que implantarem o programa de que trata esta lei deverão inserir no calendário mensal de atividades regulares previstas nos seus regimentos internos ou documento similar as questões inerentes à manutenção e ao aperfeiçoamento da Horta do Bem - Saúde.

Art. 5º - Excepcionalmente, e tão somente no primeiro ano de vigência desta lei, as instituições que implantarem o Programa Horta do Bem - Saúde contarão com preferência de aprovação dos demais projetos pertinentes à sua atividade junto ao Executivo, em todas as secretarias municipais.

Art. 6º - Todas as questões oriundas do Programa Horta do Bem - Saúde concernentes à gestão e à manutenção desse programa serão resolvidas pelo diretor e/ou presidente titular do órgão envolvido em conjunto com o titular da secretaria municipal pertencente à administração direta.

Art. 7º - O Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 / 8 / 19

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO





## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 738/19

### Relatório

O Projeto de Lei nº 738/19, que “Altera o art. 11 da Lei nº 10.119, de 24 de fevereiro de 2011”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves, Cida Falabella e Marilda Portela e dos vereadores Gilson Reis, Álvaro Damião, Arnaldo Godoy, Bim da Ambulância, Catatau do Povo, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Flávio dos Santos, Hélio da Farmácia, Jorge Santos, Pedro Bueno, Pedro Patrus, Preto, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Reinaldo Gomes, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Dentre essas, cabe destacar:

- a correção de erro material no *caput* do art. 1º do projeto, substituindo-se “Lei nº 0.119” por “Lei nº 10.119”;
- no art. 11 proposto pelo art. 1º do projeto, a supressão do § 2º, rejeitado em votação destacada, com a consequente renumeração do § 3º daquele artigo;
- no art. 2º do projeto, a supressão da expressão “especialmente o disposto no § 2º do art. 11”, em razão da supramencionada exclusão desse parágrafo.

Tais alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 738/19.

CHBH\_DIRLEG-19/ago/19-14:08:38-006626-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 738/19

Altera o art. 11 da Lei nº 10.119/11.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O art. 11 da Lei nº 10.119, de 24 de fevereiro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11 - O animal deverá ser mantido com ferraduras antiderrapantes, devidamente afixadas e, durante o trabalho, deverá estar arreado com equipamento completo que não lhe cause sofrimento.

§ 1º - Fica proibido o uso de equipamento inadequado, como chicote, aguilhão, freio do tipo professora, ou de instrumento que possa causar sofrimento, dor e dano à saúde do animal, assim como outra forma de castigo imposta pelo proprietário sob qualquer pretexto.

§ 2º - Na hipótese de violação ao disposto neste artigo, aplica-se o disposto no art. 8º desta lei.”.

Art. 2º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Belo Horizonte, 19 / 8 / 19

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



## **Comissão de Legislação e Justiça** **Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 754/19**

### **Relatório**

O Projeto de Lei nº 754/19, que “Institui o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar a supressão do inciso IX do § 2º do art. 3º do projeto de lei e a alocação de seu conteúdo no *caput* do parágrafo, já que o inciso IX trata da família e não apenas de um de seus componentes, como os demais incisos desse parágrafo.

Essas alterações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 754/19.

CHEF\_DIRLEG-19/ago/19-14:07:59-006624-1



**PROJETO DE LEI Nº 754/19**

Institui o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial - Paan - no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, com o objetivo de garantir o acesso das famílias em situação de extrema pobreza que vivenciam situação de insegurança alimentar e nutricional a gêneros alimentícios.

Art. 2º - O Paan será executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - Smasac, nos termos definidos em decreto, e consistirá em:

I - subsídio financeiro, de caráter temporário, com duração de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, conforme critérios determinados em regulamento;

II - acompanhamento sociofamiliar e inclusão em políticas públicas, considerando os aspectos multidimensionais da pobreza.

Parágrafo único - Conforme as situações e necessidades identificadas no acompanhamento sociofamiliar, poderão ser acionados outros órgãos e entidades do Executivo municipal para o apoio às famílias em serviços já existentes.

Art. 3º - Para acesso ao Paan, a família deverá:

I - residir em Belo Horizonte;

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico;

III - ter configurada a situação de extrema pobreza, com prioridade para aquelas que não possuem renda familiar;

IV - não ser beneficiária de ações de segurança alimentar e nutricional, com acesso a refeições gratuitas;

V - estar inserida no acompanhamento sociofamiliar realizado pelos serviços do Sistema Único de Assistência Social - Suas.

§ 1º - A concessão do benefício irá priorizar as famílias que possuem mulheres como referência dos núcleos familiares.

§ 2º - O critério a que se refere o inciso V prioriza as famílias quilombolas e as que, em sua composição, apresentem:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

- I - criança;
- II - adolescente;
- III - jovem;
- IV - pessoa idosa;
- V - pessoa com deficiência;
- VI - gestante;
- VII - puérpera;
- VIII - nutriz.

§ 3º - O valor referencial da renda familiar para a caracterização da situação de extrema pobreza será definido pelo Executivo.

Art. 4º - A família será desligada do Paan quando:

- I - finalizar o prazo de recebimento do subsídio;
- II - deixar de atender os critérios previstos no art. 3º.

Art. 5º - A operacionalização do Paan será regulamentada por decreto em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei.

Art. 6º - O custeio do Paan se dará em consonância com a disponibilidade orçamentária do órgão gestor da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 19 / 8 / 19

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 773/19**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 773/19, que “Altera a Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018, e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 773/19.

CHB4 DIRLEG-19/ago/19-14:08:14-006625-1



**PROJETO DE LEI Nº 773/19**

Altera a Lei nº 11.132/18 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41 - [...]

Parágrafo único - No ato do ingresso, o servidor a que se refere o *caput* deste artigo será posicionado no nível 6 da tabela de vencimentos-base dos cargos efetivos do quadro especial da Educação, constante do Anexo IV da Lei nº 7.235/96.”.

Art. 2º - Ao servidor ocupante do cargo público efetivo de Professor para a Educação Infantil, posicionado nos termos do art. 40 da Lei nº 11.132/18, será concedido um nível na tabela de vencimentos-base, constante do Anexo IV da Lei nº 7.235, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2019.

Belo Horizonte, 19 / 8 / 19

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
_____ DIVATO





**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 788/19**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 788/19, que "Denomina 'Estádio Nilson Almeida', o estádio localizado dentro do complexo esportivo do Parque Ecológico Nova Granada", de autoria do vereador Preto, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 788/19.

CHBH\_DIRLEG-13/ago/19-11:57:55-006581-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## PROJETO DE LEI Nº 788/19

Dá o nome de Nílson Almeida ao estádio localizado no complexo esportivo do Parque Ecológico Nova Granada.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominado Nílson Almeida o estádio localizado no complexo esportivo do Parque Ecológico Nova Granada, localizado na Rua Conselheiro Joaquim Caetano, esquina com a Rua Brás, no Bairro Jardim América.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 / 08 / 19

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
_____ DIVATO



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

VEREADOR AUTAIR GOMES

Erro material. Leia-se:
Parecer - PL 803/2019 -
Turno Único:
Abundância CMS44
DIVAR

### PARECER - PROJETO DE LEI Nº 803/2019 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

O presente Projeto de Lei alude sobre a alteração de nome da Rua Hum mil Setecentos e Vinte e Dois, para Rua Adelina Maria de Oliveira, no bairro Diamante no município de Belo Horizonte.

Na função de relator designado pela matéria, segue a fundamentação, parecer e voto no que tange o aspecto constitucional, legal e regimental dos projetos, art. 52, I, "b" do Regimento Interno dessa Casa Legislativa.

### PARECER

O Projeto de Lei 803/2019 tem como ementa : "Dá-se o nome de Adelina Maria de Oliveira à Rua Hum Mil Setecentos e Vinte e Dois, no bairro Diamante no município de Belo Horizonte", de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes.

Ressalta-se que introdutoriamente, salientamos que a análise e consequente parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição legislativa. Além, da análise de sua juridicidade da iniciativa legislativa posta a exame, que é a conformação do projeto de lei com as regas, princípios, jurisprudência e costumes.

Objetivando a produção de notas jurídicas válidas a adentrar o mundo jurídico *in casu*, vamos adentrar o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e das características comuns as normas jurídicas para sua validade e o caráter inovador no ordenamento jurídico do texto da proposição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sob o aspecto da proposição no que concerne a sua constitucionalidade vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República. Tal dispositivo prevê, in verbis: Art. 30. Compete aos Municípios: '71 I - legislar sobre assuntos de interesse local; Essa competência legislativa se traduz no ordenamento pelo legislador municipal dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente. A presente proposição legislativa, sob o aspecto da sua legalidade, está em conformidade com os incisos I ao II do art. 4º e art. 24 da Lei 9.691/2009 que dispõe sobre a identificação de próprio público, de passagem, de distrito e de imóvel e dá outras providências. No mérito, a proposição veio acompanhada de justificativa onde informa a história divina de luta da Sra. Adelina Maria de Oliveira, que com muita garra e sem condições financeiras, conseguiu criar seus 05 filhos, tendo um deles alcançado a magistratura, em virtude de todo esforço dessa mulher. Sua garra era admirada por todos e era uma pessoa destacado trabalho na comunidade. Sabe-se que é considerada por todos, uma pessoa idônea, trabalhadora, e cumpridora de seus deveres. Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade, prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa. Assim, não vemos óbice ao presente projeto de lei no que diz respeito ao disposto no art.52, I, "b" do Regimento Interno.

### CONCLUSÃO

**Posto exposto, proloco meu parecer pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 803/2019.**

Belo Horizonte, 12 de Agosto de 2019.

**Autair Gomes**  
**Vereador**

